

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PLANO PLURIANUAL 2004/2007

A avaliação consiste na emissão de juízos de valor e freqüentemente se reveste de uma grande subjetividade. Para que a avaliação das políticas públicas avance na objetividade é necessário negociar e estabelecer padrões ou parâmetros que sejam aceitos por uma parcela significativa da sociedade. Estes padrões ou parâmetros pelos quais se avaliam os resultados das intervenções são denominados indicadores. Para algumas áreas de políticas públicas os indicadores já estão amplamente negociados e são bastante aceitos como padrões para a avaliação da evolução dos problemas da sociedade.

Mesmo com ampla disponibilidade de indicadores, ainda não há uma cultura na administração pública de sua utilização para a tomada de decisões e elaboração de planos e programas. Contudo, durante a elaboração do Plano Plurianual – PPA 2004/2007 já houve uma preocupação no sentido da proposição de indicadores que permitissem avaliar de forma mais objetiva o desempenho do Plano.

A utilização de indicadores da realidade nos Planos de Governo gera algumas controvérsias, considerando que a ação pública não tem governabilidade completa sobre os fatores que impactam os problemas sociais. Contudo, governar é resolver problemas da sociedade da melhor forma possível, realizando ações sob sua governabilidade e articulando ações que estejam em outras esferas. Sob esta ótica, os melhores indicadores são aqueles que medem os problemas da sociedade e não apenas medem os bens e serviços entregues (realizações).

Os indicadores propostos para o PPA 2004/2007 foram uma primeira aproximação na tentativa de avaliar o desempenho do Plano da ótica dos problemas da sociedade. Alguns dos indicadores propostos tem periodicidade de apuração tão longa (5 anos ou mais) que inviabiliza sua utilização para a avaliação de um período de 4 anos. Outros têm sua coleta de dados tão difícil ou cara que o custo / benefício de sua utilização se torna inviável. Outros ainda apresentaram pouca utilidade na avaliação efetiva da realidade. Mesmo com estas dificuldades, alguns dos indicadores se mostraram bastante robustos para demonstrar a evolução dos problemas.

Esta parte do Relatório da Ação Governamental tem o propósito de apresentar a situação dos indicadores propostos para o PPA 2004/2007, para os quais foram possíveis as atualizações, bem como apresentar alguns que permitem complementar as

análises. A apreciação da realidade a partir da utilização de indicadores é uma atividade que sempre está sujeita a aperfeiçoamentos.

**Evolução dos indicadores do Objetivo Estratégico 1:
“Melhorar a Qualidade de Vida para promover a cidadania”.**

SAÚDE

a) Taxa de mortalidade infantil

Definição: é a razão entre o número de óbitos entre crianças de até um ano e o total de crianças nascidas vivas durante o anos, expresso em termos de milhares. Indica condições de sanidade, alimentação, atendimento pré e neo natal das mães e das crianças.

Tabela 1: Número de óbitos infantis (menores de 1 ano) por 1.000 nascidos vivos. Brasil, 1997-2003.

Região e UF	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Brasil (3)	31,9	30,43	28,37	27,23	26,19	24,94	24,11
Região Norte	32,19	31,07	29,78	28,72	27,79	26,98	26,22
Região Nordeste	50,36	47,11	44,31	41,4	39,22	37,24	35,48
Região Sudeste (3)	23,06	21,61	19,96	19,22	18,3	17,35	15,61
Região Sul	17,54	18,72	17,17	17,03	16,4	16,05	15,78
Região Centro-Oeste (3)	24,36	23,32	21,86	20,95	20,63	19,26	18,71
Mato Grosso do Sul	26,12	25,24	24,87	23,83	24,01	20,33	20,13
Mato Grosso	26,7	25,54	24,47	23,49	22,58	21,78	21,04
Goiás	24,41	23,34	22,49	21,5	20,71	20,02	19,41
Distrito Federal	19,12	18,33	15,14	14,4	15,18	13,65	13,3

Fontes: MS/SVS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC;

MS/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

3. Média das taxas estaduais, obtidas por método direto ou indireto.

Tabela 2 Número de óbitos infantis (menores de 1 ano) por 1.000 nascidos vivos em Mato Grosso, 1997-2004

Ano	Taxa
1997	26,70
1998	25,54
1999	24,47
2000	23,49
2001	22,58
2002	21,78
2003	21,04
2004 ^[1]	18,92
2005 ^[2]	17,75

Fonte: DATASUS

[1] Estimativa com base em dados de nascidos vivos e óbitos infantis divulgados pelo DATASUS

[2] Dado da SES/MT (site oficial)

Padrão segundo o IBGE:

Taxas altas = mais de 50 óbitos por mil nascidos;

Taxas médias = 20 a 49 óbitos por mil nascidos;

Taxas baixas = menos de 20 óbitos por mil nascidos.

b) Cobertura vacinal DPT no primeiro ano de vida.

Definição: A proporção (em percentual) de crianças menores de um ano de idade imunizadas com vacinas específicas no ano considerado. A cobertura vacinal é um importante fator de controle e erradicação de doenças e, um fator fundamental na diminuição da mortalidade infantil

Tabela 3: Cobertura vacinal – Região Centro Oeste Imuno: Tríplex Bacteriana (DTP) no Período: 1997 – 2003.

UF	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Total
DF	81,96	96,37	96,76	103,30	101,34	51,23	0,91	75,71
MT	122,79	126,79	125,03	115,52	111,31	18,36	0,17	86,00
MS	79,41	88,79	89,41	101,78	105,57	51,52	1,04	74,09
GO	61,32	88,63	92,33	98,99	95,42	68,74	1,41	72,59

Fonte: IDB 2003 Brasil – Indicadores e Dados Básicos para a Saúde.

MS/SUS – Sistema de Informações sobre mortalidade – SIM

IBGE/Estimativas demográficas/www.datasus.gov.br

Tabela 4- Cobertura Vacinal – DTP em Mato Grosso, 2001-2006

Ano	Cobertura
2001	100,82
2002	104,68
2003	100,94
2004	101,03
2005	99,93
2006	104,12

Fonte: DATASUS

Nota: DTP, de 2001/2002

DTP + HIB, de 2003/2006

. O IBG adota os seguintes indicadores de cobertura:

- DTP (difteria, tétano, coqueluche) – 03 doses;
- Sarampo – 1 dose
- Poliomielite – 3 doses
- Tuberculose (BCG) – 1 dose
- Hepatite B – 3 doses.

O indicador que se propunha a medir a proporção de pacientes não residentes em Cuiabá que demandam ações de assistência de saúde na capital em relação ao total de pacientes do Estado não foi possível de ser obtido.

EDUCAÇÃO

c) Taxa de escolarização ou escolarização líquida.

Taxa de escolarização é o indicador que representa a proporção de estudantes de uma determinada faixa etária em um nível de ensino em relação ao total de pessoas dessa faixa. Isto significa dizer que a taxa de escolarização nos permite captar a proporção da população de pessoas em idade escolar que estão na escola em relação ao total de pessoas que poderiam estar matriculadas.

Tabela 5: Evolução da taxa de escolarização no Ensino Fundamental

Regiões UF	1980	1991	1994	1998	1999	2000	2004	2005
BR	80,1	83,8	87,5	95,3	95,4	94,3	97,1	97,3
C. Oeste	80,1	90,6	92,0	93,9	95,6	94,1	97,2	97,6
MT	72,1	88,4	90,6	93,7	94,0	93,4	96,2	96,4
MS	64,0	90,6	91,4	94,4	94,6	94,1	97,8	98,0
GO	84,2	90,3	91,7	95,9	95,9	93,2	97,0	98,8
DF	94,9	94,3	95,5	97,9	97,9	97,2	98,5	98,1

Fonte: MEC/INEP/IBGE, www.edudatabrasil.inep.gov.br;
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005/default.shtm>

Tabela 6 Evolução da taxa de escolarização no – Ensino Médio.

Regiões UF	1980	1991	1994	1998	1999	2000	2004	2005
BR	14,3	17,6	20,8	30,8	32,6	33,3	81,9	81,7
C.Oeste	10,3	17,9	21,9	31	31,7	33	79,9	81,9
MT	5,1	12	16,4	26,5	27,4	29	75,7	81,4
MS	7,6	18	24	32,2	32,7	34	77,1	78,8
GO	8,5	16,5	19,9	26,4	28,8	30	80,6	81,4
DF	24,9	29,6	32,4	39,7	43,2	44,5	86,0	87,3

Fonte: MEC/INEP/IBGE: www.edudatabrasil.inep.gov.br;
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005/default.shtm>

e) Taxa de abandono

Expressa o percentual de alunos afastados por abandono, é importante para detectar a capacidade do sistema educacional em reter as crianças na escola.

Tabela 7: Taxa de abandono dos alunos do Ensino Fundamental no período de 1999-2004.

Região / UF	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Brasil	12,3	12,7	10,3	9,7	8,8	8,5
Centro-Oeste	15,8	17,7	14,8	14,1	12,6	12,4
Mato Grosso	20,5	22,5	19,5	19	22,2	21,2

Fonte: MEC/INEP/IBGE
www.edudatabrasil.inep.gov.br

Tabela 8: Taxa de abandono dos alunos do Ensino Médio no período de 1999-2004.

Região / UF	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Brasil	18,7	18,6	17	17,2	16,8	18,1
Centro-Oeste	20,8	24	20,3	21	20,5	21,8
Mato Grosso	23,7	27,8	24,8	26,9	29,6	28,7

Fonte: MEC/INEP/IBGE
www.edudatabrasil.inep.gov.br

f) Distribuição percentual dos alunos das 4ª e 8ª série do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio nos níveis de desempenho em Matemática e Língua Portuguesa.

Os resultados da avaliação da educação básica são apresentados em uma escala de desempenho capaz de descrever, em cada nível, as competências e as habilidades que os alunos são capazes de demonstrar. A escala do Saeb é única para cada disciplina e permite apresentar, em uma mesma métrica, os resultados de desempenhos dos estudantes de todas as séries. Pela escala, pode-se verificar que percentual de alunos já construiu as competências e habilidades desejáveis para cada uma das séries avaliadas, quantos ainda estão em processo de construção, quantos estão abaixo do nível que seria desejável para a série e quantos estão acima do nível que seria esperado. O SAEB é realizado nos anos ímpares, por amostragem, portanto sua abrangência é mais restrita.

Tabela 9: Médias de Proficiência em Língua Portuguesa - 4ª série E.F. Escolas Urbanas Estaduais (escala: 125 a 350).

Região / UF	1995	1997	1999	2001	2003	2005
Brasil	187,9	183,9	167,5	163,3	170,7	173,0
Centro Oeste	193,8	180,5	165,9	161,8	171,4	172,3
Mato Grosso	172,8	171,0	155,1	149,7	159,4	165,6

Fonte: INEP/MEC - Relatórios de desempenho, www.inep.gov.br/basica/saeb

Na 4ª série é razoável uma pontuação em torno de 200, para Língua Portuguesa.

Tabela 10: Médias de Proficiência em Matemática - 4ª série E.F. Escolas Urbanas Estaduais (escala: 125 a 375).

Região / UF	1995	1997	1999	2001	2003	2005
Brasil	189,3	187,5	178,1	175,2	178,3	181,8
Centro Oeste	191,5	184,9	178,8	172,2	178,9	185,6
Mato Grosso	175,3	178,7	173,9	163,3	170,7	176,1

Fonte: INEP/MEC - Relatórios de desempenho, www.inep.gov.br/basica/saeb

Na 4ª série a pontuação mínima é de 200, para Matemática.

Tabela 11: Médias de Proficiência em Matemática – 8ª série E.F. Escolas Urbanas Estaduais (escala: 125 a 375).

Região / UF	1995	1997	1999	2001	2003	2005
Brasil	246,6	241,2	239,1	235,5	238,6	232,9
Centro Oeste	244,9	249,7	242,9	237,6	239,1	233,5
Mato Grosso	244,5	228,9	238,8	234,4	234,2	228,1

Fonte: INEP/MEC - Relatórios de desempenho, www.inep.gov.br/basica/saeb

Na 8ª série a pontuação mínima razoável, para Matemática, é de 300 pontos.

Tabela 12: Médias de Proficiência em Língua Portuguesa – 8ª série E.F. Escolas Urbanas Estaduais (escala: 125 a 350).

Região / UF	1995	1997	1999	2001	2003	2005
Brasil	252,4	243,9	226,5	228,6	226,7	226,6
Centro Oeste	250,8	250,4	231,6	231,2	229,1	227,9
Mato Grosso	249,0	235,7	229,2	229,3	220,2	221,2

Fonte: INEP/MEC - Relatórios de desempenho, www.inep.gov.br/basica/saeb

Na 8ª série a pontuação mínima razoável, para Língua Portuguesa, é de 300 pontos.

Tabela 13: Médias de Proficiência em Língua Portuguesa - 3ª série E.M. Escolas Urbanas, Estaduais e Municipais (escala: 125 a 350).

Região / UF	1995	1997	1999	2001	2003	2005
Brasil	284,0	271,6	256,8	253,2	257,0	248,7
Centro Oeste	285,0	279,9	260,8	260,2	260,1	251,5
Mato Grosso	278,5	273,5	256,5	259,3	261,6	249,6

Fonte: INEP/MEC - Relatórios de desempenho, www.inep.gov.br/basica/saeb

No terceiro ano do 2º grau o patamar mínimo razoável para Língua Portuguesa é de 350 pontos;

Tabela 14: Médias de Proficiência em Matemática - 3ª série E.M. Escolas Urbanas, Estaduais e Municipais (escala: 125 a 375).

Região / UF	1995	1997	1999	2001	2003	2005
Brasil	272,1	271,1	267,9	264,7	265,9	260
Centro Oeste	270,3	282,1	276,3	272,3	264,7	261,2
Mato Grosso	259,6	262,9	270,1	271,3	262,7	254,5

Fonte: INEP/MEC - Relatórios de desempenho, www.inep.gov.br/basica/saeb

No terceiro ano do 2º grau o patamar razoável para Matemática é de 375 pontos

g) Escolaridade média da população

Indica quantos anos a população, em sua média, permaneceu na escola. A população mato-grossense, em média cursou até a sexta série do ensino fundamental.

Tabela 15: Evolução do número médio de anos de estudo da população de 25 anos ou mais em Mato Grosso.

Ano	Nº médio de anos de estudo
1995	4,9
1996	4,9
1997	5,2
1998	5,4
1999	5,3
2001	5,4
2002	6,0
2003	6,0
2004	6,1
2005	6,2

Fonte: IBGE/PNAD

h) Taxa de analfabetismo

Avalia o percentual de pessoas analfabetas em uma determinada faixa etária. Para esta avaliação são analfabetos: pessoas de 15 anos ou mais que não sabem ler ou escrever um bilhete simples.

Tabela 16: Evolução da taxa de analfabetismo na população de 15 anos ou mais, em Mato Grosso.

Ano	Geral	Homens	Mulheres
1995	15,3	15,6	15,0
1996	11,9	10,9	13,0
1997	14,4	14,6	14,1
1998	11,2	11,4	11,1
1999	11,8	11,4	12,2
2001	11,2	11,6	10,7
2002	10,2	10,6	9,9
2003	10,7	10,9	10,5
2004	10,1	10,5	9,7
2005	9,7	9,7	9,8

Fonte: IBGE/IPEADATA (dados PNAD)

i) Desempenho na Prova Brasil

A Prova Brasil foi idealizada para produzir informações sobre o ensino oferecido por município e escola, individualmente, com o objetivo de auxiliar os governantes nas decisões e no direcionamento de recursos técnicos e financeiros, assim como a comunidade escolar no estabelecimento de metas e implantação de ações pedagógicas e administrativas, visando à melhoria da qualidade do ensino. Também usa a escala de desempenho, contudo seu formato de amostragem fornece informações mais abrangentes.

Tabela 17: Desempenho em Língua Portuguesa no ano de 2005 (escala: 125 a 350)

UF / ANO	2005			
	Rede Estadual		Rede Municipal	
	4ª Série	8ª Série	4ª Série	8ª Série
Brasil	176,07	224	171,09	219,17
Estado	170,08	220,62	167,07	224,2
Cuiabá	172,06	218,61	163,65	216,05

Fonte: INEP/MEC

Tabela 18: Desempenho em Matemática no ano de 2005 (escala: 125 a 375)

UF /ANO	2005			
	Rede Estadual		Rede Municipal	
	4ª Série	8ª Série	4ª Série	8ª Série
Brasil	182,25	238,76	178,66	234,12
Estado	178,28	236,23	175,64	241,81
Cuiabá	176,17	233,1	170,55	230,32

Fonte: INEP/MEC

MERCADO DE TRABALHO

Foram utilizados dois indicadores: grau de formalização das relações de trabalho, medido pela participação de empregados e com carteira assinada; e taxa de desocupação, medida pela percentagem de pessoas desocupadas em relação à PEA. A taxa de atividade geral não foi incluída, pois não apresentou valor expressivo para a avaliação.

j) Proporção de empregados com carteira assinada

Representa a proporção das pessoas empregadas que tem como relação de trabalho a carteira assinada e é usado para medir o grau de estruturação do mercado de trabalho

Tabela 19: Empregados de 10 anos ou mais de idade, no trabalho principal da semana de referência, em Mato Grosso

Ano	Total	Com Carteira	% com carteira
2001	699 212	287 520	41,1
2002	669 254	298 779	44,6
2003	674 510	294 329	43,6
2004	789 920	354 376	44,9
2005	770 173	372 178	48,3

Fonte: PNAD, IBGE

I) Taxa de desocupação entre a PEA

Indica o percentual da População Economicamente Ativa que se encontra desocupada

Tabela 20: Taxa de desocupação entre a PEA, Mato Grosso 2001/2005

Especificação	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
Homens	5,2	4,3	4,4	4,5	5,0	3,7	6,2
Mulheres	10,8	12,2	8,7	10,6	10,8	8,6	10,6
Total	7,4	7,4	6,0	6,8	7,1	5,7	8,0

Fonte: PNAD, IBGE

RENDA

A apropriação da riqueza pelos indivíduos ou grupos de indivíduos é condição indispensável ao bem-estar social. Neste item foram selecionados indicadores que procuram mensurar a dinâmica econômica no que tange à apropriação da renda entre os estratos sociais.

m) Distribuição da população ocupada, por classes de rendimento médio mensal de todos os trabalhos em salário mínimo

Tabela 21: Distribuição percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo as classes de rendimento em Mato Grosso.

Classe de rendimento mensal de todos os trabalhos	2001	2002	2003	2004	2005
Até 1/2 salário mínimo.	3,6	5,6	4,6	2,6	5,0
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo.	15,2	17,6	17,7	17,8	18,9
Mais de 1 a 2 salários mínimos	29,8	26,5	27,6	32,1	30,9
Mais de 2 a 3 salários mínimos	15,0	14,4	15,1	11,7	11,8
Mais de 3 a 5 salários mínimos	10,9	11,0	11,4	12,5	11,1
Mais de 5 a 10 salários mínimos.	7,5	7,4	5,5	6,7	6,1
Mais de 10 a 20 salários mínimos.	3,2	3,2	3,0	2,7	1,9
Mais de 20 salários mínimos.	1,4	1,4	1,1	1,0	0,6
Sem rendimento (1).	13,1	12,0	11,9	12,6	13,5
Sem declaração.	0,4	0,9	2,1	0,4	0,1
Total.	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Inclusive as pessoas que receberam somente em benefício. (2) Exclusive as pessoas sem declaração do valor do rendimento.

Habitação

O indicador selecionado no PPA 2004-2007 para este item pretendia revelar, para orientação às políticas públicas, o déficit habitacional para Mato Grosso. Contudo, fatores muito diversos como as dinâmicas demográficas e migratórias têm efeito sobre o déficit. Buscou-se então substituir este indicador por outro que demonstre as condições de habitabilidade da população.

n) Cobertura de serviços básicos nos domicílios

Tabela 22: Percentual de domicílios particulares permanentes em Mato Grosso, atendidos por alguns serviços em 2004 e 2005

Unidades da Federação	Serviços									
	Rede geral de abastecimento		Rede coletora de esgoto ou fossa séptica		Coleta de lixo		Iluminação elétrica		Telefone	
Ano	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005
Brasil	82,2	82,3	68,9	69,7	84,8	85,8	96,8	97,2	65,4	71,6
Mato Grosso	64,3	66,5	38,7	44,0	73,7	72,9	92,8	94,3	60,3	68,6
Mato Grosso do Sul	82,4	82,0	11,5	15,7	87,6	87,6	98,8	99,5	75,2	83,0
Goiás	79,0	77,0	33,5	36,6	88,2	89,1	98,4	99,0	70,7	75,9
Distrito Federal	93,1	91,0	95,9	94,3	98,2	98,2	99,8	99,8	91,0	94,1

Fonte: PNAD, IBGE

SEGURANÇA

I) Taxa de mortalidade por causas externas;

O conceito de mortalidade por causas externas engloba acidentes e as violências como homicídios, suicídios e acidentes fatais e o de morbidade recobre as lesões, envenenamentos, ferimentos, fraturas, queimaduras e intoxicações por agressões interpessoais, coletivas, omissões e acidentes, reunidos pela Organização Mundial da Saúde sob esta denominação.

Tabela 23: Evolução das taxas de mortalidade por causas externas em Mato Grosso – 1994/2003 (população total, por 100 mil).

ANO	Homicídios	Acidentes de transporte	Suicídios	Intenção indeterminada	Demais causas externas	Total de causas externas	Relação homicídios/ causas ext (%)
1994	14,06	13,35	2,54	16,16	27,59	73,71	19,07
1995	25,62	30,25	6,17	11,01	16,24	89,29	28,69
1996	29,52	29,30	5,59	2,01	17,76	84,17	35,07
1997	33,48	25,83	4,50	1,44	20,24	85,49	39,16
1998	35,68	25,22	5,66	1,33	20,16	88,05	40,52
1999	34,60	26,10	5,22	1,01	20,42	87,35	39,61
2000	39,53	28,67	5,67	0,72	20,28	94,87	41,67
2001	38,00	27,85	5,62	0,39	19,45	91,31	41,62
2002	35,89	32,60	5,79	1,63	21,81	97,72	36,73
2003	33,69	27,49	6,01	2,93	22,00	92,13	36,57

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

m) Taxa de homicídios, roubos e furtos.

Tabela 24: Evolução de Taxa de homicídios, roubos e furtos – por 10.000 hab.

.Ano	Homicídios	Roubos	Furtos
2000	2,27	29,68	96,71
2001	2,01	30,24	97,3
2002	2,29	36,71	106,67
2003	2,29	45,2	128,84
2004	2,05	35,26	124,16
2005	1,94	38,87	129,22
2006	2,28	45,11	127,94

Fonte: SEJUSP/2007

Evolução dos indicadores do Objetivo Estratégico 2:

“Reduzir o número de pessoas em condições de vulnerabilidade social”.

O Objetivo Estratégico 2 trata da vulnerabilidade, entendida aqui como a renda da população com menor apropriação de renda *per capita*, para sua avaliação foram propostos os indicadores com a evolução demonstrada nas tabelas a seguir.

Tabela 25: Evolução de alguns indicadores de desigualdade em Mato Grosso, 1995 a 2005.

Ano	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
Renda apropriada pelos 10% mais ricos	44,80	45,70	50,60	47,30	43,80	46,70	45,90	43,73	41,68	41,47
Renda apropriada pelos 20% mais ricos	60,30	61,90	65,40	62,70	59,50	62,00	62,20	60,01	57,97	57,50
Renda apropriada pelos 40% mais pobres	10,20	9,30	8,70	9,70	10,80	9,70	9,50	9,41	10,25	10,49
Renda apropriada pelos 10% mais pobres	1,00	0,80	0,80	1,00	1,20	0,80	0,90	1,06	1,25	1,18
Razão entre a renda dos 10% mais pobres e dos 10% mais ricos	2,23	1,75	1,58	2,11	2,74	1,71	1,96	2,42	3,00	2,85
Razão entre a renda dos 40% mais pobres e dos 10% mais ricos	5,69	5,09	4,30	5,13	6,16	5,19	5,17	5,38	6,15	6,32
Razão entre a renda dos 40% mais pobres e dos 20% mais ricos	8,46	7,51	6,65	7,74	9,08	7,82	7,64	7,84	8,84	9,12
Índice de Gini	0,5548	0,5739	0,6098	0,5762	0,5444	0,5709	0,5740	0,5489	0,5277	0,5226

Fonte: IBGE/ IPEADADTA

Tabela 26: Evolução dos indicadores de indigência e pobreza em Mato Grosso

Ano	Especificação		
	Indigentes	Pobres	Não pobres
1990	8,4	27,5	72,5
1992	12,1	32,8	67,2
1993	8,9	27,5	72,5
1995	8,3	23,0	77,0
1996	9,4	24,5	75,5
1997	6,9	21,8	78,2
1998	6,2	20,7	79,3
1999	5,5	19,2	80,8
2001	7,0	19,9	80,1
2002	6,1	19,3	80,7
2003	6,4	21,4	78,6
2004	3,8	15,9	84,1
2005	4,8	17,0	83,0

Fonte: IBGE/IPEADATA - dados da PNAD

Nota: indigentes: aqueles cuja renda é insuficiente para comprar uma cesta alimentar que satisfaça requisitos mínimos em termos nutricionais

Evolução dos indicadores do Objetivo Estratégico 3:

“Promover o desenvolvimento sustentável da economia, fortalecendo a competitividade, a diversificação e a participação nos mercados nacional e internacional, com base nas potencialidades regionais, ampliando a participação do micro, pequeno e médio empreendimento”

a) Crescimento do PIB Total e crescimento do PIB por atividade econômica

Tabela 27: Evolução do Produto Interno Bruto de Mato Grosso, do Brasil e participação do Mato Grosso na formação do PIB do Brasil.

Ano	PIB do Mato Grosso a preços de mercado R\$ milhão	Taxa de crescimento anual %	PIB do Brasil a preços de mercado R\$ milhão	Taxa de crescimento anual %	Participação do PIB a preços de mercado de MT/PIB a preços de mercado do Brasil
1997	9.155	5,58	870.743	3,4	1,05
1998	9.901	7,21	914.186	0	1,08
1999	11.701	8,67	973.842	0,3	1,20
2000	13.428	7,84	1.101.257	4,3	1,22
2001	14.453	6,87	1.198.736	1,3	1,21
2002	17.888	9,5	1.346.028	2,7	1,33
2003	22.615	5,2	1.699.948	1,1	1,33
2004	27.935	10,2	1.941.498	5,7	1,44
2005			2.147.944	2,9	

Fonte: IBGE (www.ibge.gov.br)

Tabela 28: Produto Interno Bruto *per capita* - Brasil, Centro-Oeste e estados do Centro-Oeste, 1999-2004 (preço corrente)

Unidade Federativa	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Brasil	5771	6430	6896	7631	8694	9729
Centro-Oeste	5442	6498	7177	8166	9278	10394
Mato Grosso do Sul	5280	5656	6448	7092	8634	8945
Mato Grosso	4713	5297	5585	6773	8391	10162
Goiás	3614	4276	4840	5921	6825	7501
Distrito Federal	10960	14224	15517	16361	16920	19071
MT/BR (%)	81,7	82,4	81,0	88,8	96,5	104,5
MT/CO (%)	86,6	81,5	77,8	82,9	90,4	97,8
CO/BR (%)	94,3	101,1	104,1	107,0	106,7	106,8

Fonte: IBGE (www.ibge.gov.br)

Tabela 29: Taxa de crescimento anual do PIB a preços básicos por atividade econômica do Estado de Mato Grosso

Atividades Econômicas	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Agropecuária	1,21	1,15	1,25	1,16	1,10	1,18	1,06	1,18
Indústria extrativa mineral	0,99	1,07	0,97	1,06	0,89	1,07	1,03	1,06
Indústria de transformação	1,01	1,08	1,12	1,11	1,07	1,09	1,10	1,09
Eletricidade, gás e água	1,03	1,09	1,05	1,06	1,05	1,11	1,06	1,06
Construção	1,11	1,08	1,08	1,05	1,06	1,05	1,02	1,09
Comércio e reparação de veículos e objetos pessoais e de uso doméstico	0,99	1,08	1,08	1,08	1,12	1,09	1,05	1,06
Alojamento e alimentação	0,96	1,02	1,02	1,04	1,10	1,09	1,06	1,02
Transportes e armazenagem	1,00	1,08	1,12	1,14	1,04	1,05	1,00	1,10
Comunicações	1,12	1,14	1,06	1,11	1,25	1,19	1,10	1,09
Intermediação financeira	1,06	1,06	1,09	1,08	1,07	1,09	1,06	1,11
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	1,06	1,06	1,09	1,08	1,07	1,09	1,06	1,11
Administração pública, defesa e seguridade social	1,02	1,02	1,02	1,02	1,02	1,02	1,02	1,02
Saúde e educação mercantis	1,02	1,04	1,02	1,02	1,02	1,02	1,02	1,02
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1,02	1,02	1,02	1,05	0,99	1,02	1,02	1,04
Serviços domésticos	1,07	1,01	1,02	1,03	1,02	1,02	1,02	1,02
Total	1,06	1,07	1,09	1,08	1,07	1,09	1,05	1,11

Fonte: IBGE (www.ibge.gov.br)

b) Participação das atividades econômicas de MT no valor adicionado bruto a preço básico

Tabela 30: Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preço básico, 1997-2004

Atividades Econômicas	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Agropecuária	18,82	17,58	21,60	26,83	24,53	29,85	36,29	40,82
Indústria extrativa mineral	1,82	1,72	1,84	1,93	1,38	1,01	1,04	1,06
Indústria de transformação	9,26	9,12	9,15	9,87	10,47	11,12	11,74	10,20
Eletricidade, gás e água	1,92	1,95	2,14	1,97	2,92	2,58	5,86	2,23
Construção	8,59	8,64	7,69	7,65	7,40	6,57	2,34	5,48
Comércio e reparação de veículos e objetos pessoais e de uso doméstico	11,90	11,92	12,22	12,06	12,88	11,28	10,12	8,84
Alojamento e alimentação	2,71	2,74	2,42	2,18	2,34	2,15	2,00	1,73
Transportes e armazenagem	2,42	2,41	2,18	2,14	2,09	1,99	1,62	1,46
Comunicações	2,02	2,18	2,59	1,88	2,34	2,46	2,48	2,32
Intermediação financeira	2,87	2,94	2,45	3,41	3,91	5,25	4,44	4,12
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	7,00	6,83	6,30	5,64	5,89	5,24	4,34	4,14
Administração pública, defesa e seguridade social	22,46	24,95	23,38	18,35	17,94	15,44	13,53	13,58
Saúde e educação mercantis	5,42	4,35	3,52	3,68	3,48	2,96	2,32	2,38
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,24	2,13	2,01	1,92	1,89	1,61	0,46	1,24
Serviços domésticos	0,55	0,54	0,51	0,50	0,54	0,49	1,42	0,41
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (www.ibge.gov.br)

c) Evolução do volume do valor adicionado a preço básico acumulado por ano

Tabela 31: Evolução do volume do valor adicionado a preço básico acumulado por ano

Anos	Índice acumulado do volume do Valor Adicionado
1997	244,57
1998	262,20
1999	284,92
2000	307,25
2001	328,36
2002	359,55
2003	378,25
2004	418,34

Fonte: IBGE (www.ibge.gov.br)

d) Balança Comercial

Tabela 32: Evolução da Balança Comercial do Brasil, do Centro-Oeste e de Mato Grosso (US\$ milhões Fob - 1996-2005)

Discriminação	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
EXPORTAÇÃO											
Brasil	47.747	52.983	51.140	48.011	55.086	58.223	60.362	73.084	96.475	118.308	137.470
Centro_Oeste	1.383	1794	1.215	1.294	1.833	2.471	2.856	3.801	5.187	7.177	7.495
Mato Grosso	659	927	653	741	1.033	1.396	1.796	2.186	3.103	4.152	4.333
IMPORTAÇÃO											
Brasil	53.346	59.747	57.763	49.295	55.839	55.572	47.240	48.305	62.835	73.551	91.396
Centro_Oeste	562	769	942	1.192	1.135	1.379	1.545	1.684	2.321	2.951	3.984
Mato Grosso	56	85	84	149	91	137	209	277	418	410	407
SALDO											
Brasil	(5.599)	(6.764)	(6.623)	(1.284)	(753)	2.651	13.122	24.779	33.640	44.757	46.074
Centro-Oeste	821	1025	273	102	698	1092	1311	2117	2866	4226	3.511
Mato Grosso	603	842	569	592	942	1259	1587	1909	2685	3742	3.927

Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Evolução dos indicadores do Objetivo Estratégico 4:

“Garantir o uso ordenado dos recursos naturais visando o desenvolvimento sócio-econômico com qualidade ambiental”

a) Quantidade de agrotóxico utilizado por unidade de área cultivada.

Definição: expressa a intensidade de uso de agrotóxicos nas áreas cultivadas de um território, em determinado período. São denominados genericamente de agrotóxicos: herbicidas, fungicidas, inseticidas, acaricidas, bactericidas, moluscicidas, reguladores de crescimento, óleo mineral, enxofre, adjuvantes e espalhantes adesivos. Este indicador foi produzido pelo IBGE em apenas dois estudos, não estando disponíveis dados mais atualizados.

Últimos dados para Mato Grosso

Ano: 2001: 3,33 kg/ha

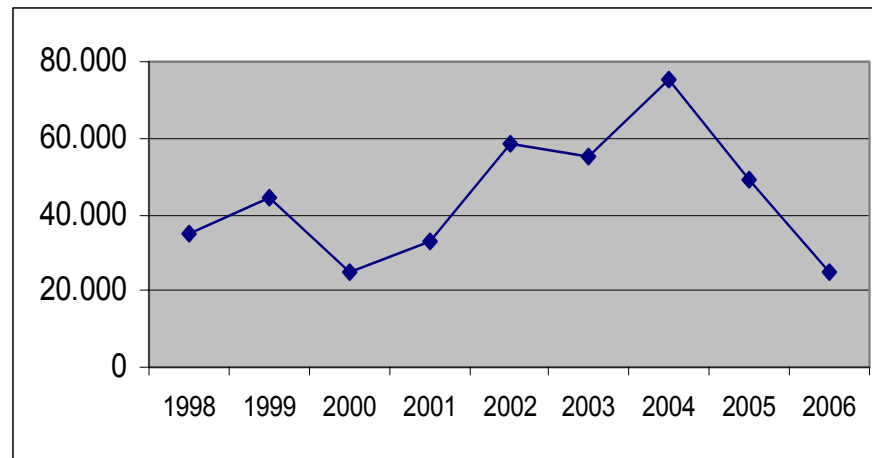
Ano: 2000: 3,46 kg/há

b) Número de focos de calor em um território e ano determinado.

Definição: Expressa a ocorrência de incêndios florestais e queimadas em um território determinado.

Tabela 33:- Evolução dos focos de calor em Mato Grosso

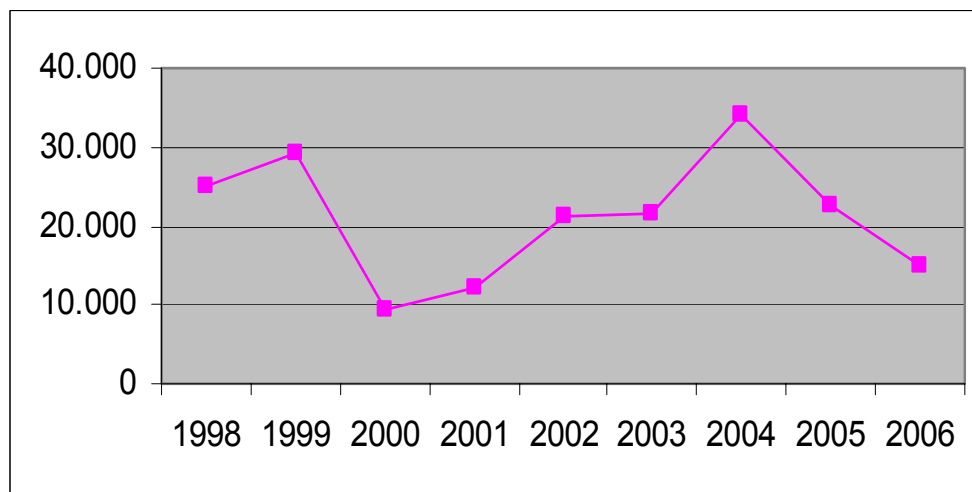
Ano	Foco
1998	34.647
1999	44.312
2000	24.870
2001	33.049
2002	58.457
2003	55.346
2004	75.414
2005	49.363
2006	25.175
2005/06	-42%



Fonte: SEMA/MT

Tabela 34: – Evolução dos focos de calor em Mato Grosso, no período de proibição (15 de Julho a 15 de Setembro)

Ano	Foco
1998	25.051
1999	29.342
2000	9.290
2001	12.188
2002	21.331
2003	21.600
2004	34.245
2005	22.517
2006	15.004
2005/2006	-33%



Fonte: SEMA/MT

c) Número de focos de calor em MT num ano determinado / N° de focos de calor no Brasil no mesmo ano

Tabela 35:– Evolução da relação entre número de focos de calor no Mato Grosso e no Brasil

Ano	Nº de Focos (MT)	Nº de Focos (Brasil)	Nº de focos (MT/Brasil) (%)
1998	34.647	123.904	27,96
1999	44.312	134.608	32,92
2000	24.870	99.441	25,01
2001	33.049	145.568	22,70
2002	58.457	234.370	24,94
2003	55.346	210.943	26,24
2004	75.414	232.621	32,42
2005	49.363	225.665	21,87
2006	25.175	117.320	21,46

Fonte: SEMA/MT

d) Taxa de desflorestamento bruto, expressa em km² por ano

Definição: expressa a perda de cobertura florestal no território

Tabela 36: – Evolução do desmatamento em Mato Grosso

Ano	Área (Km²)
2001	12.269,12
2002	7.959,66
2003	18.594,59
2004	18.151,28
2005	15.430,84

Fonte: SEMA/MT

e) Percentual de áreas protegidas em MT.

Últimos valores disponíveis para MT:

2004: 21,36%

Tabela 37: Distribuição das áreas protegidas do Estado de Mato Grosso em 2004

TIPOS DE UNIDADES	ÁREA (ha)
Unidades de Conservação Municipais	2.061.946,41
Unidades de Conservação Estaduais	2.571.633,80
Unidades de Conservação Federais	2.718.618,36
Áreas Indígenas	12.000.000,00
Área total protegida	19.352.198,57
Área total do estado	90.606.800,00

Fonte: FEMA/CUCO

Tabela 38: Distribuição das Unidades de Conservação nos biomas de Mato Grosso.

Biomias no Estado de Mato Grosso	Área dos Biomias no Estado (ha)	Área dos Biomias sobre a área do Estado (%)	Áreas das UC's nos Biomias (Ha)	Áreas das UC's sobre as áreas dos Biomias (%)
Floresta Amazônica	49.053.882,81	54,3115	2.406.025,596	4,9048 %
Cerrado	36.326.680,81	40,2202	2.473.094,55	6,8079 %
Pantanal	4.938.865,40	5,4862	683.471,46	13,8386 %
TOTAL	90.319.429,02	100	5.562.591,61	6,1587 %

Fonte: SEMA / CUCO - 2007

Evolução dos indicadores do Objetivo Estratégico 5: “Melhorar o desempenho da gestão pública estadual”.

A pauta de indicadores para monitoramento e avaliação do Objetivo Estratégico 5 foi selecionada em 2003 com base na problematização realizada pelo comitê Revitalização do Estado¹ e nos indicadores de programa escolhidos para constar no PPA 2004/2007. Muitos deles foram identificados como “em construção” na época, por conta da já mencionada escassez de dados e indicadores consolidados nos programas de gestão de políticas públicas.

Tendo em vista a escassez dos dados, optou-se por reformular a cesta retirando indicadores ligados à cobertura de municípios, alcance de metas do Estado, monitoramento de programas, grau de satisfação do serviço atual de energia elétrica e transporte intermunicipal de passageiros. O desempenho da gestão pública pode, portanto ser avaliada pelos seguintes indicadores:

a) - Cobertura do controle interno

Definição: identificar o % de unidades auditadas em relação ao total das unidades orçamentárias.

Últimos valores disponíveis para MT:

2002: 60%

2003: 60%

2004: 100%

b) - Reestruturação de processos

Definição: total de processos mapeados para fins de reestruturação organizacional

2004: 144

2005: 0

2006: 21 (área central da gestão de pessoas)

Fonte: SGM/SAD/MT.

¹ Verificar o Memorial Descritivo Comitê Intersetorial PPA 2004/2007 – Revitalização do Estado para mais detalhes. Este documento traz um resumo das principais fases da formulação dos programas (objetivos, estratégias, metodologia, indicadores) e todas as árvores de problema/objetivo que subsidiaram a elaboração em anexo. Disponível em <<http://www.seplan.mt.gov.br>>.

c - Capacitação dos servidores:

Definição: expressa o total de servidores capacitados sobre o total de servidores públicos estaduais ativos. Este indicador revela o número de atendimentos não-individualizados, ou seja, se um mesmo servidor participa de diversos cursos constará em multiplicidade na relação.

2004: 7,03%

2005: 9,21%

2006: 10,81%

Fonte: Escola de Governo.

d - Servidores comissionados:

Definição: expressa o número de servidores exclusivamente comissionados sobre o total de servidores estaduais ativos. Aponta para a profissionalização das organizações públicas, com base numa política de carreiras que gere o provimento dos cargos de direção, assessoramento e técnico-operacionais com servidores do quadro permanente. É importante a sua estratificação por órgão, nível de escolarização e hierárquico para melhor visualização do quadro.

2003: 2,85 %

2004: 2,87%

2005: 3,1%

2006: 3,29%

Fonte: Relatório AJPPR11V do sistema de Administração de Recursos Humanos (ARH)– 19/03/2007.

Nota metodológica: todos os dados baseados no Relatório AJPPR11V trazem o total de servidores nos anos de 2005 e 2006. Foi calculada, com base nisto, uma média mensal ao dividir os resultados anuais por 12,333 (12 meses acrescidos das férias), já que a folha do 13º é feita à parte.

e - Participação dos temporários nos servidores ativos:

Definição: total de servidores temporários/total de servidores ativos estaduais.

2003: 29,36%

2004: 31,02%

2005: 28,14%

2006: 30,65%

Fonte: Relatório AJPPR11V do sistema de Administração de Recursos Humanos (ARH)– 19/03/2007.

f) - Avaliação de desempenho funcional:

Definição: expressa o número de servidores fora do estágio probatório avaliados sobre o total de servidores públicos estaduais nesta condição. Como a avaliação de desempenho é uma das principais ferramentas de profissionalização, tal indicador torna-se relevante.

2004: 25%

2005: 33,92%

2006: 5,91%

Fonte: Coordenadoria de Recrutamento e Seleção/SGP/SAD

g) - Admissão de servidores com nível superior:

Definição: expressa o total de servidores empossados com formação superior sobre o total de servidores empossados num determinado ano. Este indicador aponta a elevação progressiva da escolaridade média dos servidores e a concentração do Estado em funções que lhe são típicas, delegando as atividades de nível fundamental e médio para terceiros (limpeza, segurança, motoristas, dentre outros) e para os municípios.

2002: 66,94%

2003: 40,27%

2004: 30,54%

2005: 26,22%

2006: 75,61%

Fonte: Coordenadoria de Recrutamento e Seleção/SGP/SAD

h - Cargos comissionados ocupados por servidores de carreira:

Definição: expressa a relação entre o total de cargos comissionados exercidos por servidores de carreira do Estado em relação ao montante de cargos comissionados. Também é importante a sua estratificação para melhor compreensão.

2003: 58,54%

2004: 63,96%

2005: 63,83%

2006: 61,65%

Fonte: Relatório AJPPR11V do sistema de Administração de Recursos Humanos (ARH)– 19/03/2007.

i) - Salário médio dos servidores ativos:

Definição: total da folha de pagamento dos servidores ativos/total dos servidores ativos.

2003: R\$ 1.593,1

2004: R\$ 1.596,82

2005: R\$ 1.488,52

2006: R\$ 1.555,74

Fonte: Relatório AJPPR11V do sistema de Administração de Recursos Humanos (ARH)– 19/03/2007.

j) - Participação do pregão nas compras governamentais informadas:

Definição: Valor das compras governamentais feitas pela modalidade pregão/ Total das compras das governamentais feitas mediante procedimento licitatório e informadas para a SAD.

2004: 59,47%

2005: 47,38%

2006: 70,44%

Fonte: Superintendência de Aquisições Governamentais/SAD/MT

l) - Participação do pregão no total estimado de compras governamentais

Definição: Valor das compras governamentais feitas pela modalidade pregão/Total estimado das compras das governamentais.

2004: 18,86%

2005: 17,94%

2006: 28,88%

Fonte: Superintendência de Aquisições Governamentais/SAD/MT

Evolução dos indicadores do Objetivo Estratégico 6:

“Dar sustentabilidade à gestão de políticas públicas, garantindo o equilíbrio fiscal e a capacidade de financiamento do Estado, visando o atendimento das necessidades da sociedade”.

a) - Equilíbrio fiscal

Definição: Total da despesa orçamentária realizada no exercício/Total da receita orçamentária realizada no exercício.

2000: 0,973

2001: 1,029

2002: 1,017

2003: 1,009

2004: 0,998

2005: 1,004

2006: 1,0192 *

Fonte: *Balancos Gerais do Estado (1999-2005)*

* *Relatório Resumido da Execução Orçamentária 6º bimestre – 2006.*

b)- Eficácia tributária

Definição: compara o ICMS efetivo (realizado) no exercício com o estimado por setor ou cadeia produtiva com base no crescimento da sua produção/consumo/faturamento, a variação de preços pelo IGP – DI, a alíquota média, subtraindo as renúncias e créditos e a evasão estimada.

2000: 66%

2001: 63%

2002: 63%

2003: 63%

2004: 64%

2005: 67%

2006: 69,7%

Fonte: *SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA.*

c) - Previsão e realização de receita orçamentária.

Definição: Receita total realizada/receita total orçada.

1999: 107,08%
2000: 94%
2001: 103,7%
2002: 111%
2003: 114,98%
2004: 114,54%
2005: 103,34%
2006: 91,007%

Fonte: Balanços Gerais do Estado (1999-2005) e Relatório Resumido da Execução Orçamentária 6º bimestre – 2006.

d) - Resultado primário:

Definição: Diferença entre o total da receita fiscal e da despesa fiscal (excluindo o serviço da dívida)/total da receita corrente líquida estadual.

1999: 14,90%
2000: 7,25%
2001: 14,68%
2002: 15,88%
2003: 14,47%
2004: 13,57%
2005: 14,11%
2006: 10,15%

Fonte: Balanços Gerais do Estado (1999-2005) e Relatório Resumido da Execução Orçamentária 6º bimestre – 2006.

e) - Juros líquidos da dívida pública estadual:

Definição: Total da despesa com os juros da dívida pública (contratual e fundada)/ total da receita corrente líquida estadual.

1999: 9,21%
2000: 9,25%
2001: 8,50%
2002: 9,77%
2003: 7,84%
2004: 6,29%
2005: 7,41%
2006: 8,33%

Fonte: Balanços Gerais do Estado (1999-2005) e Relatório Resumido da Execução Orçamentária 6º bimestre – 2006.

f) - Resultado nominal:

Definição: Diferença entre o resultado primário e os juros da dívida/total da receita corrente líquida estadual. É o valor restante para amortização do principal da dívida, impedindo seu crescimento exponencial ao pagar apenas os juros.

1999: 5,69%

2000: - 2%

2001: 6,18%

2002: 6,11%

2003: 6,63%

2004: 7,28%

2005: 6,7%

2006: 1,82%

Fonte: Balanços Gerais do Estado (1999-2005) e Relatório Resumido da Execução Orçamentária 6º bimestre – 2006.

g) - Amortização do principal da dívida pública estadual:

Definição: Total da despesa com amortização do principal da dívida pública estadual em todos os contratos/ total da receita corrente líquida estadual..

1999: 5,38%

2000: 5,52%

2001: 5,21%

2002: 4,47%

2003: 7,65%

2004: 8,48%

2005: 8,7%

2006: 6,05%

Fonte: Balanços Gerais do Estado (1999-2005) e Relatório Resumido da Execução Orçamentária 6º bimestre – 2006.

h) - Resultado operacional:

Definição: Superávit gerado após o pagamento de todas as despesas financeiras e não-financeiras/ total da receita corrente líquida estadual.

1999: 0,31%
2000: - 7,52%
2001: 0,97%
2002: 1,64%
2003: - 1,45%
2004: - 1,2%
2005: - 1,99%
2006: - 4,23%

Fonte: Balanços Gerais do Estado (1999-2005) e Relatório Resumido da Execução Orçamentária 6º bimestre – 2006.

i) - Despesas com pessoal:

Definição: expressa o total da despesa com pessoal dos três poderes do Estado, incluindo servidores efetivos, comissionados, em estágio probatório, interinos, temporários, estagiários e terceirizados, inativos e pensionistas estaduais/ total da receita corrente líquida estadual.

1999: 58,70%
2000: 60,63%
2001: 50,35%
2002: 51,05%
2003: 53,45%
2004: 47,12%
2005: 50,59%
2006: 54,43%

Fonte: Balanços Gerais do Estado (1999-2005) e Relatório Resumido da Execução Orçamentária 6º bimestre – 2006.

j) - Serviço da dívida:

Definição: valor total pago pelo Estado a título de juros, encargos e a amortização da dívida pública/total da receita corrente líquida estadual.

1999: 14,59%
2000: 14,77%
2001: 13,71%
2002: 14,24%
2003: 15,62%
2004: 14,77%
2005: 16,11%
2006: 14,38%

Fonte: Balanços Gerais do Estado (1999-2005) e Relatório Resumido da Execução Orçamentária 6º bimestre – 2006.

l) - Montante da dívida fundada:

Definição: expressa a relação entre o montante da dívida consolidada líquida e a Receita Corrente Líquida anual, que deve situar-se em 2 segundo a resolução 40 de 09/04/2001 do Senado federal. Os valores apresentados aqui se referem à dívida fundada ou contratual nos respectivos anos.

1999: 2,36
2000: 2,55
2001: 2,39
2002: 2,42
2003: 2,15
2004: 1,56
2005: 1,34
2006: 1,00

Fontes: Balanços Gerais do Estado (1999-2005), Relatório Resumido da Execução Orçamentária 6º bimestre – 2006 e Secretaria do Tesouro Nacional (www.stn.fazenda.gov.br).

m) - Renúncia fiscal estimada:

Definição: total de receita de ICMS que o Estado deixa de recolher pela concessão de incentivos a setores específicos da economia ou cadeias produtivas (programas de incentivo, crédito outorgado, isenções, alíquota zero, crédito presumido, redução da base de cálculo) como instrumento de política econômica.

2001: R\$ 368 milhões

2002: R\$ 579 milhões

2003: R\$ 738 milhões

2004: R\$ 885 milhões

2005: R\$ 863 milhões

2006: R\$ 746 milhões

Fonte: SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA.

n) - Participação da renúncia fiscal estimada na receita tributária estadual:

Definição: total de renúncia fiscal estimada pelos incentivos concedidos por setor/total da receita de ICMS estadual.

2001: 27%

2002: 31%

2003: 31%

2004: 35%

2005: 26%

2006: 23%

Fonte: SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA. *Projeção da receita pública LDO 2004. Cuiabá, 2004 e Balanços Gerais do Estado (1999-2005).*

o) - Autonomia tributária do Estado:

Definição: relação receita tributária do Estado/Total da receita estadual

1999: 53,05%

2000: 62,51%

2001: 53,07%

2002: 63,76%

2003: 65,84%

2004: 66,63%

2005: 63,94%

2006: 63,2%

Fonte: *Balanços Gerais do Estado (1999-2005) e Relatório Resumido da Execução Orçamentária 6º bimestre – 2006.*